

Iniciativa da reitoria da USP é golpe contra isonomia e direitos. Mobilização será fundamental!

Às vésperas da data-base nas universidades estaduais paulistas, a reitoria da USP anuncia a criação de uma nova gratificação, exclusiva para a categoria docente. Trata-se da Gratificação por Atividades Complementares Estratégicas (GACE), com parcelas fixas e não reajustáveis de R\$ 4.500,00 mensais, pelo prazo de até 24 meses e não incorporáveis aos salários.

Segundo o texto da resolução aprovada na sessão do Conselho Universitário em 31/3/2026, destina-se a docentes em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), sob a justificativa de atender “à necessidade de valorização das atividades e da carreira de servidores docentes da USP”.

Ficam de fora da medida cerca de 20% dos docentes da ativa, todos/as os/as servidores técnico-administrativos/as ativos e aposentados, todos os docentes aposentados.

A estimativa da Coordenadoria de Administração Geral (Codage) da USP é que a gratificação gere um custo de R\$ 238,44 milhões por ano, despesa que deverá ser custeada por “recursos de receita própria corrente”.

O anúncio da medida, feito pouco mais de dois meses após a posse do novo reitor e uma semana antes da sessão do CO, pegou a comunidade de surpresa. O envio para votação, a toque de caixa, foi questionado imediatamente pelas entidades representativas de servidores docentes e técnico-administrativos, respectivamente Adusp e Sintusp, que solicitaram a retirada de pauta e a abertura do debate nas unidades e instâncias colegiadas. Não foram atendidas. A minuta, tal qual apresentada pela reitoria, foi aprovada pelo CO com 93 votos favoráveis, 8 contrários e 6 abstenções. Os números são mais uma amostra da enorme desigualdade representativa que prevalece nos colegiados da USP, de longe a mais antidemocrática das três universidades quando o assunto é a sub-representação de servidores técnico-administrativos e estudantes.

Em nota à categoria, a Adusp pontuou que, “à primeira vista, bônus e gratificações podem parecer positivos — especialmente em um contexto de arrocho salarial e sobrecarga de trabalho”, e que nos últimos anos essas políticas vêm sendo apresentadas como forma de “valorização” da carreira.



Ato dos servidores técnico-administrativos da USP em 31/3, em frente à reitoria (Gentileza: Sintusp)

No entanto, ressalta o texto, “não substituem aquilo que de fato garante direitos em curto, médio e longo prazo: o salário. Além disso, costumam surgir em momentos em que a universidade acumulou recursos, muitas vezes às custas de anos de contenção salarial. Em vez de recompor salários de forma estruturante, opta-se por distribuir valores pontuais, sem enfrentar o problema de fundo.”

Para o Sintusp, a proposta é indecente e sinaliza quebra de isonomia. Após ato e paralisação no dia do CO, aprovados em assembleia realizada na véspera, em formato híbrido, com a presença de cerca de 600 pessoas, o Sintusp está convocando reuniões nas unidades e nova assembleia geral no dia 9/4, com indicativo de greve. Na pauta, estão: defesa da isonomia, negociações efetivas na campanha salarial unificada, reposição das perdas salariais desde maio/2012, atendimento às reivindicações da permanência estudantil.

Para o Fórum das Seis, a iniciativa da reitoria da USP é um golpe contra a isonomia não só entre as duas categorias da instituição, mas contra os três segmentos das três universidades. Se não ilegal, a medida é, pelo menos, antiética, pois desconsidera as consequências deletérias para o sistema de ensino superior paulista ao impor uma discriminação remuneratória, mesmo que temporariamente, aos docentes das outras duas universidades públicas paulistas. Aparente-

mente adotada à revelia de qualquer discussão com a Unesp e a Unicamp, desqualifica o Cruesp como instância responsável por baixar “normas adicionais fixando os critérios de execução orçamentária das Universidades do Estado de São Paulo, incluindo os relativos à política salarial de seu pessoal docente, técnico e administrativo”, conforme o artigo 3º do Decreto nº 29.598, de 2 de fevereiro de 1989, que dispõe sobre providências visando a autonomia universitária.

Certamente, a decisão da USP cria constrangimentos para as reitorias das outras universidades no âmbito do Cruesp. A discussão sobre salário e/ou remunerações dos servidores/as docentes e técnico-administrativos/as é um assunto que deve ser tratado pelo Cruesp, em permanente diálogo com o Fórum das Seis, a partir de um cenário do qual fazem parte constitutiva e essencial a Unesp, a Unicamp e a USP. Fora disso, caracteriza-se como ação irresponsável com a coisa pública e profundamente desrespeitosa para com o imenso patrimônio material e imaterial do estado de São Paulo representado pelas suas três universidades.

Esta conjuntura torna a mobilização elemento essencial na campanha salarial deste ano. Se queremos negociações sérias sobre reajuste salarial, reposição de perdas, melhores condições de trabalho e estudo, permanência estudantil e outras reivindicações, teremos que ir à luta!

Data-base 2026: Fórum vai protocolar a Pauta Unificada em 16/4

As entidades que compõem o Fórum das Seis reuniram-se na tarde de 26/3, em Campinas, para avaliar a reunião com os técnicos do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), ocorrida na parte da manhã, e avançar na formatação da Pauta Unificada 2026.

Após a realização da rodada de assembleias de base, foram colhidas sugestões e propostas, que estão sendo incorporadas ao texto final da Pauta. O objetivo é protocolá-la junto aos reitores em 16/4. Nesta data, por conta do rodízio anual, a presidência do Cruesp já estará a cargo da reitora da Unesp, professora Maysa Furlan, que substituirá o reitor da Unicamp, professor Paulo Cesar Montagner. Antes disso, o Fórum voltará a se reunir no dia 8/4, para o fechamento da Pauta.

Previsões da LOA e 'descongela': o que foi falado na reunião técnica

Os técnicos das três universidades avaliam que a previsão da Secretaria da Fazenda do estado, para a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 2026 deve ser alcançada. O previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA 2026) para a quota-parte do estado na arrecadação (ICMS-QPE), que corresponde a 75% do total, é de R\$ 187,11 bilhões, valor do qual derivam os 9,57% destinados às universidades. Na próxima reunião técnica entre as partes, ainda sem data, já teremos os números finais do arre-



A reunião técnica, em 26/3, em Campinas

cadado em março e mais informações quanto aos impactos da guerra no Oriente Médio sobre a economia do país, o que permitirá uma projeção mais precisa sobre a arrecadação do ICMS nos próximos meses.

Os representantes do Fórum perguntaram aos técnicos sobre as perspectivas de pagamento dos retroativos do 'descongela' – os prejuízos acumulados pelos/as servidores/as pelo confisco dos 583 dias durante a pandemia. Eles relataram que as assessorias jurídicas das universidades recuaram de dar um parecer sobre a pertinência do pagamento, devido à edição do Decreto Estadual 70.396, em 25/2/2026, que autoriza a contagem dos tempos, mas condiciona o pagamento dos retroativos à edição de lei estadual específica.

Avanço: Cruesp publica portaria que cria GT sobre reforma tributária

Atendendo à persistente solicitação do Fórum das Seis nos últimos meses, o Cruesp publicou portaria criando um grupo

de trabalho (GT) para discussão conjunta dos impactos da reforma tributária sobre o financiamento das universidades estaduais paulistas.

A dotação orçamentária da Unesp, Unicamp e USP – definida em 9,57% da quota-parte do estado no ICMS desde 1995 – e a autonomia administrativa e de gestão estão previstas no Decreto 29.598/1989. Com o fim do ICMS, que será extinto progressivamente até 2033, é fundamental a definição de novos parâmetros de financiamento adequados às necessidades das instituições e preservar a autonomia universitária, temas que são de difícil trato com o governo Tarcísio de Freitas.

Como já amplamente divulgado, tanto Cruesp quanto Fórum das Seis realizaram estudos que culminaram em propostas em grande medida convergentes. No entanto, é salutar estabelecer uma avaliação conjunta sobre estas propostas e definir iniciativas que, ainda que não sejam deflagradas conjuntamente, contribuam para ampliar o debate sobre o assunto.

De acordo com a portaria, que traz os nomes indicados pelo Fórum (um de cada entidade sindical e estudantil) e pelo Cruesp, o GT terá 120 dias para a conclusão dos trabalhos, prazo sujeito à prorrogação. O Fórum aguarda o início dos trabalhos.

10/4 tem ato unificado do funcionalismo paulista

As centrais sindicais estão organizando uma jornada de manifestações do funcionalismo paulista em 10 de abril, que terá como ponto alto a realização de um ato unificado na capital. Os professores da rede estadual, organizados na Apeoesp, devem paralisar o trabalho em 9 e 10/4. Os professores da rede municipal de São Paulo planejam parar no dia 9/4.

As entidades que compõem o Fórum das Seis orientam suas categorias a participarem das atividades regionais previstas para o dia 10/4 e, havendo possibilidade, integrarem as caravanas da Apeoesp para a capital. Em SP, o ponto de encontro será às 13h, ao lado da Secretaria Estadual da Fazenda (*detalhes nos banners*).

10 de abril o funcionalismo paulista vai às ruas!

Calendário de Lutas

Para resistir e avançar, a Frente Paulista em Defesa do Serviço Público convoca todo o funcionalismo público para o seguinte calendário de lutas:

10/04 Dia de Mobilização do Funcionalismo de SP com Ato Presencial
Concentração às **13h** ao lado da **Secretaria Estadual da Fazenda** Av. Rangel Pestana, altura do nº 230

São Paulo tem recursos. O que falta é compromisso do Tarcísio com quem trabalha e com quem mais precisa.

Junte-se ao movimento, traga a sua reivindicação!

Logos: CSB, APEOESP, CSP, GUT, INTERSINDICAL, UGT, PÚBLICA

GOVERNO TARCÍSIO DESMONTA SERVIÇO PÚBLICO E PENALIZA CLASSE TRABALHADORA

Desde que tomou posse, em 2023, o governador de São Paulo Tarcísio de Freitas (Republicanos) tem promovido uma avalanche de desmontes no serviço público do estado.

Em 2026, o orçamento para áreas essenciais como Educação, Saúde e Transportes perderam juntas cerca de R\$ 7 bilhões. Enquanto isso, a Secretaria de Parcerias em Investimentos terá crescimento de mais de 80%.

Conheça as principais denúncias dos servidores públicos:

- **Desrespeito à Data-base (01/03):** Falta de compromisso com a reposição das perdas salariais dos servidores.
- **Não cumprimento da Lei Complementar 226/26 ("Descongela"):** Não implementação da lei sem perspectiva no pagamento dos retroativos.
- **Mesa de Negociação:** O Governo não dialoga, se recusa a receber representantes e não instala Mesas de Negociação.
- **Privatizações:** Promove e mantém privatizações, entregando serviços públicos estratégicos, como a Sabesp e linhas do Metrô.
- **Preconização do lancesp:** Falta de investimento e sucateamento da assistência médica do servidor.
- **Crise na Educação:** Pior processo de atribuição de aulas dos últimos anos, com demissão de milhares de professores, fechamento de salas e exclusão de estudantes. Além disso, a militarização foi implantada em mais de 100 escolas.
- **Inserções Fiscais Suspeitas:** Concessão de benefícios fiscais a empresas sob investigação, suspeitas de corrupção.
- **Pedágios Free Flow:** Criação de 56 novos pedágios sem transparência sobre a arrecadação e retorno às sociedades, inclusive com demissão de centenas de trabalhadores.
- **Reforma Administrativa:** Oposição total ao projeto de Reforma que o Governo Tarcísio tenta implementar no estado.

Está claro que o compromisso do governador não é com o fortalecimento do serviço público e muito menos com os trabalhadores da categoria.

Por isso, no dia

10 de abril o funcionalismo paulista vai às ruas!

ETECs e FATECs em luta por carreira e reajuste: Audiência pública em 17/3 lotou auditório da Alesp

O Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza (Sinteps), que integra o Fórum das Seis, organizou um dia de greve em 17 de março, que movimentou escolas técnicas (ETECs) e faculdades de tecnologia (FATECs) em todo o estado. Na Grande SP, o ponto alto foi uma audiência pública Assembleia Legislativa, promovida pelo mandato da deputada Professora Bebel (PT-SP), que integra a Comissão de Educação da Alesp. A atividade colocou em evidência as principais reivindicações da categoria, como o reajuste salarial e a revisão da carreira.

O auditório José Bonifácio ficou repleto de trabalhadores do Centro e representantes de outras entidades parceiras. “Essa não é uma proposta de carreira, e sim de reforma administrativa”, disse Fernando Salvador, presidente do Sinteps, em referência ao projeto que tramita nas secretarias de governo e pode ser enviado em breve à Alesp para votação. Entre os pontos críticos, citou a remuneração por subsídio, que extingue direitos históricos, como quinquênios e sexta-parte, e inviabiliza a perspectiva de crescimento na carreira. Também criticou a ausência da jornada docente para os professores, com base em ensino, pesquisa e extensão. Quando o projeto chegar na Alesp, o Sinteps vai apresentar emendas com os pontos defendidos pela entidade e conchamar a categoria a lutar por elas.

A mesa da audiência contou com



A audiência pública na Alesp, em 17/3



a presença do coordenador do Fórum das Seis, professor João Chaves, que manifestou apoio à luta por uma carreira digna para os trabalhadores do Centro e criticou o governo Tarcísio: “Esse é um governo

privatista, que precariza salários e carreiras, para depois argumentar que o serviço público não funciona e precisa ser entregue à iniciativa privada. Contem com nosso apoio nesta luta”.